



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 653/XIV/2ª

PELA VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade, regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças, como as ultrapassagens, tudo isso tem afastado da profissão docente milhares de docentes. Essa desvalorização transmite à sociedade um sinal errado sobre o respeito pela dignidade profissional dos professores e das professoras.

A valorização da carreira docente é uma reivindicação de vários anos. E ganha, agora, ainda mais urgência na resposta à crise pandémica da covid-19. A Escola Pública foi uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia, criando um ensino não-presencial de emergência. Nesse esforço coletivo das comunidades educativas, o papel das professoras e dos professores foi essencial, fazendo uso dos seus recursos pessoais e dispondo do seu tempo muito para além do seu horário de trabalho. Merecem o nosso agradecimento por estarem e continuarem na linha da frente junto com tantas e tantos profissionais que executam funções essenciais.

Reveladas as limitações e os riscos sociais, pedagógicos e psicológicos do ensino a distância, a Escola Pública teve de se preparar, mesmo com recursos limitados, para receber milhares de crianças e jovens em condições de segurança neste ano letivo que agora se inicia. E uma vez mais as professoras e os professores, junto com outros profissionais da educação, compareceram. No entanto, a persistência da instabilidade e da precariedade, bem como um envelhecimento da classe docente, colocam duros entraves ao cumprimento da sua missão. O momento exige, portanto, que se concretizem finalmente as justas aspirações da classe docente. Os desafios presentes e o futuro da Escola Pública dependem dessa valorização.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 - Tome medidas para a valorização da carreira docente, nomeadamente através do reconhecimento e recuperação do tempo de serviço cumprido e não contabilizado para efeitos de progressão na carreira (6 anos, 6 meses e 23 dias);

2 - Crie um regime de concursos justo, que respeite a graduação profissional, e proceda à recomposição da carreira docente, tomando medidas eliminar as ultrapassagens e desbloquear as progressões dos docentes que se encontram retidos no 4º ou no 6º escalões;

3 - Crie um programa de rejuvenescimento da classe docente e um regime específico de aposentação, que permita a antecipação voluntária da aposentação e pré-aposentação, sem penalização, das professoras e professores com idade próxima da reforma;

4 - Promova o cumprimento do limite legal de 35 horas semanais e clarificação sobre a componente letiva e não letiva.

5 - Tome medidas de combate à precariedade, através da contratação e vinculação dos docentes contratados que correspondem a necessidades permanentes (incluindo a revisão da norma travão).

Assembleia da República, 22 de setembro de 2020

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; Alexandra Vieira; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Jorge Costa;
Beatriz Dias; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; João Vasconcelos; José Manuel Pureza;
José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro; Maria Manuel Rola; Moisés Ferreira;
Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Sandra Cunha; Catarina Martins